Associação Amigos do Projeto Guri

CNPJ 01.891.025/0001-95

Demonstrações Contábeis

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em Reais)

Ativo	Nota	2016	2015
Circulante		**10.180.133**	**13.183.474**
Caixa e equivalente de caixa		2.040	1.867
Recursos vinculados a projetos	4	5.011.952	10.918.601
Projeto executado - contrato de gestão	8	3.957.673	–
Estoques		407.323	583.483
Outros ativos	5	801.145	1.679.523
Não circulante		**3.228.683**	**3.912.615**
Depósitos judiciais		5.357	28.638
Imobilizado	6	3.167.355	3.795.825
Intangível		55.971	88.152
		13.408.816	**17.096.089**

Passivo	Nota	2016	2015
Circulante		**8.816.454**	**11.286.547**
Fornecedores		273.523	642.825
Salários, férias e encargos a pagar	7	5.871.460	5.461.529
Obrigações tributárias		64.011	58.163
Contas a pagar		33.041	41.295
Projetos a executar - contrato de gestão	8	–	2.711.586
Projetos culturais e patrocínios	9	2.574.419	2.371.149
Não circulante		**4.528.783**	**5.768.972**
Recursos aplicados ativos permanentes	10	3.223.326	3.883.977
Provisão para contingências	12	1.305.457	1.884.995
Patrimônio líquido	15	**63.579**	**40.570**
Patrimônio social		40.571	122.421
(Déficit)/superávit acumulados		23.008	(81.851)
		13.408.816	**17.096.089**

Demonstrações de resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em Reais)

	2016	2015
Superávit/(déficit) dos exercícios	23.008	(81.850)
Outros resultados abrangentes	**23.008**	**(81.850)**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31/12/2016 e 2015 (Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional: A Associação Amigos do Projeto Guri - AAPG ou ("Associação"), iniciou suas atividades em 1997, como entidade privada sob forma de Organização Social sem fins lucrativos, tendo como objetivo principal a colaboração técnica e financeira para o desenvolvimento do "Projeto Guri", que desde 1995 funcionava como programa interno à Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Sua missão é promover, com excelência, a educação musical e a prática coletiva de música, tendo em vista o desenvolvimento humano de gerações em formação. Em 14/06/2004, o secretário-chefe da casa civil do Estado, por meio do parecer nº 0889/2004, qualificou a Associação Amigos do Projeto Guri como Organização Social da área da cultura publicada no Diário Oficial em 15/06/2004. Considerada uma entidade de utilidade pública e sem fins lucrativos, a Associação é isenta de contribuições e impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com as disposições da Constituição Federal. As atividades da Associação são substancialmente suportadas financeiramente pelo Contrato de Gestão n° 06/2016, firmado com o Governo do Estado de São Paulo, com vigência até 2021. Anteriormente, os recursos financeiros foram suportados pelo contrato de gestão n° 01/2012. **Atividades sociais:** A Associação Amigos do Projeto Guri, em conformidade ao Contrato de Gestão n°01/2012 firmado com a Secretaria de Estado da Cultura, encerra o exercício de 2016 com 362 polos no Estado de São Paulo, com uma ocupação média de vagas de 43.745 crianças e adolescentes de 06 a 18 anos e no caso de Fundação Casa, de 12 a 21 anos. E oferece nos períodos de contraturno escolar, cursos gratuitos de música visando promover, com excelência, a educação musical e a prática coletiva da música, tendo em vista o desenvolvimento humano de gerações em formação. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG "2002R1 - Entidades sem finalidades de lucros", e também pela da NBC TG "1000 - Contabilidade para pequenas e médias empresas" para os aspectos não abordados pela ITG "2002R1 - Entidade sem finalidade lucros". A emissão das demonstrações contábeis foram autorizadas pela Diretoria administrativa financeira em 27/01/2017. **b. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Notas Explicativas nºs 3.d e 6 -** Depreciação do ativo imobilizado; • **Nota Explicativa nº 12 -** Provisão para contingências. **e. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº 18 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação. **a. Instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros não derivativos:** A Associação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos. **Recursos vinculados a projetos:** Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta-movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados. **Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2016 e 2015, incluindo operações de hedge. **b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura e Lei Rouanet, são registrados da seguinte forma, em conformidade com a CPC07 (R1): • **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projetos a executar e projetos culturais e patrocínios no passivo circulante; • **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos contratos de gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício; • **Aquisição de bens:** Quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante (recursos aplicados em imobilizados). Em consequência à prática contábil adota pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão e projetos incentivados são nulos pois todas as despesas incorridas com esses projetos são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesses projetos. Dessa forma, eventual superávit ou déficit apurado pela Associação corresponde apenas às receitas de doações livres e despesas administrativas não cobertas pelo contrato de gestão, sendo tais valores imateriais nas operações da Associação. **c. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. **d. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário. **Depreciação:** A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	%
Instrumentos musicais e orquestra	20
Equipamentos de processamento de dados	20
Equipamentos eletro/eletrônicos/áudio	20
Equipamento de telecomunicação	20
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Ferramentas	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **e. Intangíveis:** Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. **f. Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Associação não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável. **g. Provisões, passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h. Demais ativos circulantes e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços. **i. Receita e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras. **j. Receitas com trabalhos voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas das atividades culturais, em 31/12/2016 foram reconhecidos R$ 10.750 como trabalhos voluntários na Associação. **k. Gererenciamento de risco financeiro:** A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de liquidez; • Risco de mercado. A Associação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 18. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados e para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

4. Recursos vinculados a projetos:	2016	2015
Bancos conta movimento	41.942	1.315.291
Aplicações financeiras	4.970.010	9.603.310
	5.011.952	**10.918.601**

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e foram remunerados a uma taxa média de 95% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (95% a 98% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 2015). Os recursos vinculados a projetos refere-se, substancialmente, a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8.

5. Outros ativos:	2016	2015
Adiantamentos de férias	170.389	1.065.705
Adiantamentos a fornecedores	164.079	454.829
Adiantamentos de rescisões	340.357	3.792
Outros créditos	126.320	155.197
	801.145	**1.679.523**

6. Imobilizado: Movimentação de 31/12/2015 a 31/12/2016

Descrição Custo	31/12/2015 Custo	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2016 Custo
Instrumentos musicais e orquestra	16.421.908	220.612	(43.738)	(1385)	16.597.398
Equipamento de eletro/ eletrônicos/áudio	837.853	32.033	(6.876)	–	863.009
Equipamento de processamento de dados	1.563.642	145.628	(195.949)	(1.519)	1.511.802
Instalações	26.037	3.980	–	–	30.017
Equipamento de telecomunicação	32.690	1.312	(7.446)	10	26.566
Móveis e utensílios	735.621	20.202	(3.322)	–	752.501
Ferramentas	64.367	–	–	–	64.367
Biblioteca	622.685	–	–	–	622.685
Total	**20.304.803**	**423.767**	**(257.331)**	**(2.894)**	**20.468.345**
Depreciação					
Instrumentos musicais e orquestra	(13.202.882)	(810.794)	43.722	(71.347)	(14.041.301)
Equipamento de eletro/ eletrônicos/áudio	(782.175)	(12.586)	6.876	(1.518)	(789.401)
Equipamento de processamento de dados	(1.371.585)	(72.077)	195.949	(1.649)	(1.249.362)
Instalações	(14.007)	(2.885)	–	(288)	(17.180)
Equipamento de telecomunicação	(30.342)	(548)	7.446	(113)	(23.557)
Móveis e utensílios	(471.924)	(67.323)	2.586	(1.058)	(537.721)
Ferramentas	(13.379)	(6.406)	–	–	(19.785)
Biblioteca	(622.685)	–	–	–	(622.685)
Total	**(16.508.979)**	**(972.619)**	**256.579**	**(75.973)**	**(17.300.990)**
Saldo líquido	**3.795.825**	**(548.851)**	**(752)**	**(78.867)**	**3.167.355**

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em Reais)

Receitas operacionais	Nota	2016	2015
Com restrição - atividades culturais			
Recursos do contrato de gestão		67.762.170	63.558.734
Projetos culturais e patrocínios		4.722.529	3.262.671
Receitas financeiras	17	1.585.604	2.718.690
		74.070.302	**69.540.095**
Sem restrição - atividades culturais			
Receita com trabalho voluntário		10.750	–
Outras receitas com doações		259.948	55.663
		74.341.000	**69.595.758**
Atividades culturais			
Custo com salários, encargos e depreciação diretos			
Salários e encargos de professores		(53.101.417)	(48.322.977)
Depreciação de instrumentos musicais e biblioteca		(882.140)	(1.508.008)
		(53.983.557)	**(49.830.985)**
Resultado operacional antes das despesas administrativas		**20.357.443**	**19.764.772**
Despesas operacionais			
Atividades culturais			
Despesas administrativas	16	(20.197.651)	(19.746.674)
Despesas tributárias		(139.324)	(168.078)
Outras receitas operacionais		69.430	115.121
Despesas com trabalhos voluntários		(10.750)	–
		(20.278.295)	**(19.799.631)**
Resultado antes das despesas financeiras		**79.148**	**(34.859)**
Despesas financeiras		(56.140)	(46.992)
Superávit/(déficit) dos exercícios		**23.008**	**(81.850)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em Reais)

	Patrimônio social	Superávit/ (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**111.789**	**10.632**	**122.421**
Transferência para o patrimônio social	10.632	(10.632)	–
Déficit do exercício	–	(81.850)	(81.850)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**122.421**	**(81.850)**	**40.571**
Transferência para o patrimônio social	(81.850)	81.850	–
Superávit do exercício	–	23.008	23.008
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**40.571**	**23.008**	**63.579**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2016	2015
(Déficit)/superávit do exercício		23.008	(81.851)
Ajustes por: Depreciação e amortização	10	1.089.740	1.765.734
Provisão para contingências	12	(105.492)	1.081.929
Valor residual dos ativos permanentes baixados	10	3.646	12.137
		1.010.902	**2.777.949**
Variação nos ativos e passivos			
(Aumento)/redução nos ativos em			
Recursos vinculados a projetos		5.906.649	6.606.416
Estoques		176.160	(32.428)
Outros ativos não circulantes		901.658	(819.724)
Aumento/ (redução) nos passivos em			
Fornecedores		(369.302)	(314.334)
Salários, férias e encargos a pagar		409.931	(1.011.392)
Obrigações tributárias		5.848	27.934
Contas a pagar		(8.253)	16.131
Projetos a executar - contrato de gestão		(6.669.259)	(5.672.560)
Provisão para contingências		(474.045)	(260.872)
Projetos culturais e patrocínios		203.271	462.003
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**1.093.560**	**1.779.123**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	6 e 10	(423.767)	(2.415.372)
Aquisição do intangível	10	(8.968)	(8.215)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento		**(432.735)**	**(2.423.587)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Recursos recebidos de projetos para aquisição de bens		(660.651)	645.714
Caixa proveniente das atividades de financiamento		**(660.651)**	**645.714**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		**173**	**1.249**
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No fim do exercício		2.040	1.867
No início do exercício		1.867	618
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		**173**	**1.249**

Movimentação de 31/12/2014 a 31/12/2015

Descrição Custo	31/12/2014 Custo	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2015 Custo
Instrumentos musicais e orquestra	14.252.919	2.245.542	(77.351)	798	16.421.908
Equipamento de eletro/ eletrônicos/áudio	827.464	21.144	(10.755)	–	837.853
Equipamento de processamento de dados	1.525.024	47.061	(8.443)	–	1.563.642
Instalações	26.037	–	–	–	26.037
Equipamento de telecomunicação	31.182	1.839	(321)	(9)	32.690
Móveis e utensílios	700.161	47.272	(11.812)	–	735.621
Ferramentas	11.854	52.514	–	–	64.367
Biblioteca	622.685	–	–	–	622.685
Total	**17.997.325**	**2.415.372**	**(108.682)**	**789**	**20.304.803**
Depreciação					
Instrumentos musicais e orquestra	(11.764.772)	(1.508.008)	70.696	(798)	(13.202.882)
Equipamento de eletro/ eletrônicos/áudio	(756.879)	(36.099)	10.804	–	(782.175)
Equipamento de processamento de dados	(1.289.035)	(90.394)	7.844	–	(1.371.585)
Instalações	(10.534)	(3.473)	–	–	(14.007)
Equipamento de telecomunicação	(29.334)	(1.164)	156	9	(30.342)
Móveis e utensílios	(410.485)	(68.485)	7.045	–	(471.924)
Ferramentas	(7.792)	(5.587)	–	–	(13.379)
Biblioteca	(622.685)	–	–	–	(622.685)
Total	**(14.891.516)**	**(1.713.210)**	**96.545**	**(789)**	**(16.508.978)**
Saldo líquido	**3.105.809**	**702.162**	**(12.137)**	**–**	**3.795.825**

7. Salários, férias e encargos sociais a pagar:	2016	2015
Provisão de férias e encargos	4.022.030	3.679.810
INSS a recolher	1.219.617	1.110.484
FGTS a recolher	378.235	366.825
IRRF a recolher	165.916	163.956
PIS a recolher	64.624	61.729
Salários e rescisões a pagar	20.598	78.399
Contribuição sindical a recolher	440	326
	5.871.460	**5.461.529**

8. Projetos a executar - Contrato de gestão:	2016	2015
Contrato de Gestão - Secretária da Cultura	–	2.711.586

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e a Associação Amigos do Projeto Guri, tendo por objetivo a formação de vínculo de cooperação, com vista à execução de programas de trabalho destinados a fomentar as atividades que dizem respeito ao objetivo de ensino de música e assistência social, celebraram o Contrato de Gestão n° 06/2016 com prazo de encerramento em 31/12/2021. A Associação registrou no ativo circulante, um montante de R$ 3.957.673, referente ao projeto executado do Contrato de Gestão. Esse ativo foi registrado pró-rata-temporis de acordo com o valor da próxima parcela trimestral a receber e o período performado.

continua

continuação

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Associação Amigos do Projeto Guri em 31/12/2016 e 2015 (Valores expressos em Reais)

A contrapartida do registro foi na rubrica de "Projetos a executar", no passivo não circulante. O Programa de Trabalho, Contrato de Gestão n° 06/2016, aprovado pelo Governo do Estado, firmado com a Associação Amigos do Projeto Guri, passa a ter como previsão o repasse pela Secretaria de Estado da Cultura no montante de R$ 305.454.271, no período de 5 anos (2017 a 2021), a serem empregados na realização do Projeto, disposto da seguinte forma: • R$ 61.244.983 para o exercício de 2017; • R$ 61.052.322 para 2018; • R$ 61.052.322 para 2019; • R$ 61.052.322 para 2020; • R$ 61.052.322 para 2021. Nos termos do Contrato de Gestão, o montante global supracitado poderá ser revisto em caso de variações inflacionárias ou ocorrência de dissídios que, superando a previsão de reajuste contratual utilizada para o estabelecimento dos valores acima, impactem diretamente na execução do plano de trabalho, impossibilitando sua realização de acordo com o previsto. Os valores apresentados em projetos a executar - contrato de gestão representam os montantes já recebidos financeiramente e ainda não empregados no projeto e que serão reconhecidos ao resultado de acordo com o regime de competência a medida que ocorrerem os gastos relacionados aos projetos. Ressaltamos que, conforme demonstrado na nota explicativa 3(b), o reconhecimento contábil da receita dos recursos vinculados a projetos ocorre inicialmente pelo reconhecimento de uma receita diferida no passivo, sendo levada ao resultado do exercício quando da incorrência e na mesma proporção das despesas com os projetos. A reversão do saldo de projetos a executar motivada pela desmobilização somada aos recursos aplicados em ativos permanentes, foi reclassificada para o ativo circulante para posterior no início do próximo exercício. Por força do contrato de gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados ou até mesmo o cancelamento do contrato de gestão. A Administração da Associação entende que em 2016 todas as metas foram cumpridas substancialmente e aguarda a formalização conclusiva da análise dos relatórios de atividades encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura. Até o momento não houve qualquer manifestação contrária por parte dessa Secretaria. Veja a movimentação dos projetos na Nota Explicativa nº 11.

9. Projetos culturais e patrocínios:	**2016**	**2015**
Programa nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)	1.365.769	1.217.599
CMDCA	1.171.864	1.153.550
Outros	36.786	–
	2.574.419	**2.371.149**

O Ministério da Cultura, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no § 6º, do artigo 19 da Lei nº 8.313, de 23/12/1991, aprovou a realização de projetos culturais, sendo os integrantes autorizados a captar recursos mediante doações ou patrocínios. Os projetos relacionados ao Programa nacional de Apoio à Cultura referem-se aos projetos aprovados juntos ao Ministério da Cultura. Os valores apresentando em projetos culturais e patrocínios representam os montantes já recebidos financeiramente e ainda não empregados no projeto e que serão reconhecidos ao resultado de acordo com o regime de competência a medida que ocorrerem os gastos relacionados aos projetos. Ressaltamos que, conforme demonstrado na Nota Explicativa 3(b), o reconhecimento contábil da receita dos recursos vinculados a projetos ocorre inicialmente pelo reconhecimento de uma receita diferida no passivo, sendo levada ao resultado do exercício quando da incorrência e na mesma proporção das despesas com os projetos. Veja a movimentação dos projetos na Nota Explicativa nº 11.

10. Recursos aplicados em ativos permanentes:	**2016**	**2015**
Imobilizado e intangível	**3.223.326**	**3.883.977**

Conforme comentado na nota explicativa 3(b), os recursos que são aplicados na aquisiçao de ativos imobilizados e intangível são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado e diferido em atendimento a CPC 07 (R1). Veja a movimentação do ativo imobilizado na Nota Explicativa nº 6 (ativo imobilizado):

Saldo em 31/12/2015	**3.883.977**
Adição de imobilizado	423.767
Adição de intangível	8.968
Custo residual baixado de imobilizado e intangível	(3.646)
Depreciação e amortização	(1.089.740)
Saldo em 31/12/2016	**3.223.326**

11. Movimentação dos projetos a executar - contrato de gestão, projetos culturais e patrocínios e recursos aplicados em imobilizados

Movimentação de 31/12/2015 a 31/12/2016

Saldo dos projetos em 31/12/2015	
Projetos a executar - contrato de gestão (nota 8)	2.711.586
Projetos culturais e patrocínios (nota 9)	2.371.149
Recursos aplicados em imobilizados (nota 10)	3.883.977
	8.966.712
Movimentação 2016: (+) Entradas: Valores recebidos	65.358.059
Projeto executado - ativo	3.957.673
Rendimento de aplicações financeiras	1.585.604
	70.901.336
(–) Saídas: Consumo/(despesas)	(74.070.303)
	(74.070.303)
Saldo dos projetos em 31/12/2016	
Projetos a executar - contrato de gestão (nota 8)	–
Projetos culturais e patrocínios (nota 9)	2.574.419
Recursos aplicados em imobilizados (nota 10)	3.223.326
	5.797.745

12. Provisão para contingências: A Associação é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas.

	2016			**2015**		
Contingências	**Montante provisionado**	**Depósitos judiciais**	**Passivo líquido**	**Montante provisionado**	**Depósitos judiciais**	**Passivo líquido**
Trabalhistas	1.305.457	(5.357)	1.300.100	1.884.995	(21.430)	1.863.565
Total	**1.305.457**	**(5.357)**	**1.300.100**	**1.884.995**	**(21.430)**	**1.863.565**

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2015	**2016**		
	Saldo Inicial	**Adição**	**Utilização**	**Saldo Final**
Trabalhistas	1.884.995	(87.569)	(491.969)	1.305.457

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R$ 5.633.761 (R$ 5.794.367 em 2015) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Desse montante, R$ 5.000.000 referem-se à Ação Civil Pública nº 00607200902502001, movida pelo Ministério Público do Trabalho, que tramita perante a 25ª Vara do Trabalho de São Paulo, e tem como objeto a desconstituição do contrato de gestão, por suposta ilegalidade do sistema de gestão por Organizações Sociais (previsto na Lei Complementar 846/98), além da concessão de indenização coletiva. A ação foi julgada parcialmente procedente em primeira instância, e está sujeita a recursos com efeito suspensivo. Os assessores jurídicos da Organização Social e a Administração entendem que há chances consideráveis de reversão da decisão, motivo pelo qual avaliaram a perda como possível (sem a necessidade de provisionamento). **13. Partes relacionadas:** A Associação não possui partes relacionadas e os membros do conselho de administração e fiscal da Associação não são remunerados. **14. Remuneração da Administração:** O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos. **15. Patrimônio líquido:** O patrimônio líquido da Associação foi formado pelas doações recebidas e pelos superávits e déficits acumulados, transferidos para o patrimônio social. De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma Organização Social ou afim, sem fins econômicos e lucrativos.

16. Despesas administrativas:	**2016**	**2015**
Salários e encargos sociais	10.634.153	9.575.841
Serviços de terceiros	2.546.309	2.721.489
Despesas com locações	1.358.354	1.766.774
Viagens e estadias	750.606	312.742
Materiais	1.605.527	1.408.595
Despesas com contingências	(87.569)	1.081.929
Alimentação	441.449	156.930
Despesas com água, energia elétrica e internet	486.105	421.672
Depreciação	207.600	257.716
Manutenção, conservação e reparo	316.413	257.052
Outras despesas	1.938.704	1.785.934
	20.197.651	**19.746.674**

17. Receitas financeiras:	**2016**	**2015**
Rendimentos sobre aplicações financeiras	**1.585.604**	**2.718.690**

18. Instrumentos financeiros: A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. **Estimativa do valor justo:** Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos. **Instrumentos financeiros "Não derivativos":** Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Associação, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo: • **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); • **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Associação está classificado como Nível 2. Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31/12/2016, a Associação está sujeita aos fatores de: **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. Os recursos da Associação, por força do contrato de gestão e projetos incentivados possuem obrigação de serem mantidos em contas correntes e aplicações no Banco do Brasil S.A. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa. **19. Renúncia fiscal:** Em atendimento a ITG 2002 - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, a Associação apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2016 caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Associação não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos: • Incidentes sobre a receita (ISS 5%, PIS 1,65% e COFINS 7,6% - regime não cumulativo); • Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%). **20. Avais, fianças e garantias:** A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2016 e 2015.

Alessandra Fernandez Alves da Costa - Diretora Executiva
Artur Eduardo Pereira Miranda - Diretor Administrativo-Financeiro
Luis Carlos Trento - Contador - CRC 1SP194841/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores e Conselheiros da **Associação Amigos do Projeto Guri -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Amigos do Projeto Guri ("Associação")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Amigos do Projeto Guri** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **Associação Amigos do Projeto Guri**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades sem finalidades de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Associação** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Associação** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de janeiro de 2017

BDO RCS
Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

Contrato de Gestão nº 01/2012 - Processo SC/132622/2011 - Associação Amigos do Projeto Guri - AAPG - Relatório de Prestação de Contas - IV Trimestre de 2016

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ATIVIDADES - IV TRIMESTRE - 2016

APRESENTAÇÃO: Relatório apresentado com base no **Sexto Termo de Aditamento ao Contrato Gestão Nº 01/2012.** O referido **Contrato de Gestão** celebrado entre **o Estado de São Paulo,** por intermédio da **Secretaria de Estado da Cultura,** e a **Associação Amigos do Projeto Guri,** tem por objeto o fomento e a operacionalização da gestão e execução pela CONTRATADA, das atividades e serviços na área cultural referentes ao PROJETO GURI (Interior, Litoral e Fundação CASA). Entre outras obrigações, a Amigos do Guri deve executar as metas descritas no "Anexo Técnico II - Plano de Trabalho e Planilha Orçamentária Global". Em conformidade com o Cronograma de atividades de 2016 - SEC e Organizações Sociais de Cultura, apresentamos o Relatório de Atividades do IV Trimestre de 2016, para verificação pela Unidade Gestora e pela Comissão de Avaliação, quanto ao cumprimento das diretrizes e metas definidas do CONTRATO DE GESTÃO.

QUADRO DE METAS[1]

1. DESENVOLVIMENTO DOS EIXOS DE ATUAÇÃO (PROGRAMAS TÉCNICOS/FINALÍSTICOS)

1.1. EIXO/PROGRAMA: Projeto Guri - Ensino Musical

1.1.1. Polos e Polos Regionais

AÇÕES A SEREM REALIZADAS	**METAS DE PRODUTO E RESULTADO A SEREM ALCANÇADAS**			
	Indicativo de Produtos	**Previsão Trimestral**		**Realizado**
Realizar aulas de música nos polos do Projeto Guri	1. Vagas oferecidas (51.754 vagas oferecidas)	1º Trimestre	51.754 vagas oferecidas	**53.285** vagas oferecidas (1) ICM do trimestre = 103%
		2º Trimestre	51.754 vagas oferecidas	**53.192** vagas oferecidas (1) ICM do trimestre = 102,8%
		3º Trimestre	51.754 vagas oferecidas	53.753 vagas oferecidas ICM do trimestre = 103,9%
		4º Trimestre	51.754 vagas oferecidas	53.277 vagas oferecidas ICM do trimestre = 102,9%
		META ANUAL	**51.754** vagas oferecidas	53.377 vagas oferecidas
		ICM %	100%	ICM do Ano = 103,1%

(1) A partir de 2016 as vagas excedentes passaram a ser computadas nesta meta. Por vagas excedentes entende-se aquelas que ultrapassam o número máximo de vagas oferecidas por turma previsto no PPP, nos casos em que o espaço físico comporta mais alunos sem prejudicar a qualidade das aulas.

[1] Foi inserido o número da Ação para controle da Unidade de Monitoramento da SEC

AÇÕES A SEREM REALIZADAS	**METAS DE PRODUTO E RESULTADO A SEREM ALCANÇADAS**			
	Indicativo de Produtos	**Previsão Trimestral**		**Realizado**
Realizar aulas de música nos polos do Projeto Guri[2]	2. Número de alunos matriculados	1º Trimestre	Mínimo de 32.872 alunos	**34.743** alunos ICM do trimestre = 109,5%
		2º Trimestre	Mínimo de 30.574 alunos (*)	**32.818** alunos ICM do trimestre = 103,5%
		3º Trimestre	Mínimo de 32.872 alunos	33.182 alunos ICM do trimestre = 104,6%
		4º Trimestre	Mínimo de 30.574 alunos (**)	32.440 alunos ICM do trimestre = 102,3
		META ANUAL	Mínimo de 31.723 alunos matriculados	33.296 alunos matriculados
		ICM %	100%	ICM do Ano = 105,0

[2] (*) Considera evasão característica do período

AÇÕES A SEREM REALIZADAS	**METAS DE PRODUTO E RESULTADO A SEREM ALCANÇADAS**			
	Indicativo de Produtos	**Previsão Trimestral**		**Realizado**
Realizar aulas de música nos polos do Projeto Guri	3.Taxa de ocupação de vagas oferecidas (***) **(72,5% das vagas preenchidas)**	1º Trimestre	75% das vagas preenchidas	81,9% das vagas preenchidas ICM do trimestre = 113,0%
		2º Trimestre	70% das vagas preenchidas	77,6% das vagas preenchidas ICM do trimestre = 107,0%
		3º Trimestre	75% das vagas preenchidas	79,3% das vagas preenchidas ICM do trimestre = 109,4%
		4º Trimestre	70% das vagas preenchidas	77,3% das vagas preenchidas ICM do trimestre = 106,6%
		META ANUAL	72,5% das vagas preenchidas	79,0% das vagas preenchidas
		ICM %	100%	ICM do Ano = 109%

continua